



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO TEMÁTICO: Fundamentos do Serviço Social**

**Desafios da Prática do Assistente Social no âmbito da Política pública**

Ana Lúcia Teotonio Borges<sup>1</sup>  
Adriana Teotonio Borges<sup>2</sup>  
Izabel Cristina de Freitas<sup>3</sup>

**1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS SOBRE A PRÁTICA DO (AS) ASSISTENTES SOCIAIS NO ATUAL CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

O Estado exerce importante papel e função nos meios, econômico e social, através das políticas públicas e sociais, propiciando bens e serviços que não são oferecidos adequadamente pelo mercado. Algumas de suas funções estão voltadas para a redistribuição de renda através de programas governamentais, como forma de estabilizar a economia, garantir o “pleno emprego” e conter atos inflacionários, inclusive servindo de complemento à iniciativa privada.

No entanto, o Estado orientado por ideais neoliberais, não atende a essas funções, centrando-se em estratégias para reerguer o sistema capitalista em períodos de crises, passando a investir no setor privado, regulando os mercados e ampliando a ampla liberdade do capital, a livre circulação de mercadorias e principalmente reduzindo os gastos com o social, comprometendo de fato, a eficiência, eficácia e efetivação das políticas públicas.

O presente trabalho tem como objetivo Discutir a atuação profissional dos assistentes sociais no atual cenário de desmonte das políticas públicas e

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso em Administração pela Faculdade São Francisco da Paraíba (FSP) analuciatb3@gmail.com

<sup>2</sup> Assistente social; Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), Especialista em saúde da Família com ênfase na linha de cuidados (UFPB), pós- graduanda em Serviço Social, Políticas Públicas e Trabalho Profissional, pela UFCG, campus Sousa-PB adrianafatic@gmail.com.

<sup>3</sup> Assistente social; Especialista em saúde da Família com ênfase na linha de cuidados (UFPB) e-mail: freitasisabel19@gmail.com



desresponsabilidade do Estado, no contexto do neoliberalismo. Para isso buscaremos destacar os principais desafios postos no cotidiano da prática profissional para a implementação e execução de políticas sociais. Além de adotamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (1999) é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, constituídos de livros e artigos científicos. Dessa forma utilizaremos os principais livros, revistas e artigos que discutem a temática em questão.

## **2. A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DEMANDAS E DESAFIOS PROFISSIONAIS.**

As políticas sociais emergem como resposta as refrações da questão social, advindas do sistema capitalista, estas se configuram como um dos maiores subsídios respondendo as condições de manutenção e reprodução da sociedade capitalista, de tal forma, a atenuar os efeitos reivindicatórios da classe trabalhadora, considerados destrutivos para o processo de produção do sistema capitalista.

Embasado em Behring e Boschetti, (2007), o surgimento das políticas sociais esteve atrelado ao momento em que se vivenciava a revolução Industrial, mediante conflito de classe e pequeno desenvolvimento da intervenção estatal. Por conseguinte sua origem está relacionada aos movimentos de massa socialdemocratas e aos estabelecimentos dos estados nação na Europa Ocidental do final do Século XIX, na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, na fase tardia, após a segunda guerra mundial.

Segundo Silva (2009), o trabalho do (a) assistente social brasileiro no contexto de resistência aos impactos da crise perpassa os espaços voltados para a saúde, educação, habitação, meio ambiente, assistência, sócio-jurídico, previdência.

Todos estes espaços configuram as demandas de trabalho do Serviço Social que numa perspectiva macro, tem sua atuação voltada para o atendimento das necessidades sociais, para viabilização de direitos, visando efetivar o acesso universal e integral aos serviços, promovendo uma melhor qualidade de vida para os sujeitos detentores de direitos, visando a construção de uma sociedade pautada na justiça social e na cidadania.

Como afirma Iamamoto, (2014), o Estado hoje é o maior empregador dos(as) assistentes sociais, sendo as políticas públicas um espaço profissional privilegiado desse profissional. Para tanto, o(a) assistente social como qualquer outro trabalhador humano para realizar seu trabalho é necessário à utilização de instrumentos teórico-metodológicos, sendo inaceitável a separação da teórica e prática, assim, faz-se necessário, embora desafiador, uma reflexão acerca da realidade trazida pelo usuário.



Assim, o profissional deve estar comprometido com Projeto Ético-Político da profissão, sendo fundamental o seu posicionamento crítico e ético para amenizar a banalização da vida humana, tendo que seguir uma linha de rompimento com a acomodação de forma que este profissional não esteja limitado a uma prática repetitiva. Nesse caso, o (a) Assistente Social tem que adequar a sua prática às mudanças sociais e romper com ações imediatistas, com o propósito de garantir e concretizar os direitos dos usuários.

Seguindo essa linha de pensamento, o profissional se depara com vários empecilhos para desenvolver suas funções com o que preconiza a Lei de regulamentação da profissão- lei 8.662/93, decorrente do próprio surgimento da profissão pautada na lógica da caridade de atender os pobres mercedores da caridade, camuflando a realidade dos protagonista sociais que permeou durante década no contexto social, econômico e cultural, uma vez que as damas da caridade desenvolvia suas funções pautada nos ensinamentos religiosos, alienamento, culpabilizando o indivíduo pela situação de miserabilidade que se encontrava. Pensamento este que ainda dificulta as atribuições e competências nos espaços-sócio ocupacionais, visto que os gestores atrelado ao modelo conservador impede tal desenvolvimento profissional baseado na Lei de regulamentação como forma de assegurar que as políticas sociais não sejam adolecida de forma universalista.

Frente a essa discussão, o Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social possui um claro vínculo com um projeto que direcionada para a construção de outra sociedade, direcionada para a defesa dos direitos sociais como mediação para a emancipação humana, o que contribui para a formação de uma consciência de classe, que vai além da interpretação crítica da realidade, mas no posicionamento e atuação propositiva no sentido da organicidade ético-política com o pertencimento e a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

O projeto Ético-político está articulado aos direitos universais, com a finalidade de devastar as desigualdades sociais, assumindo o compromisso social com a classe trabalhadora e com os princípios do Código de Ética de 1993. Havendo a real necessidade de adotar reflexões críticas, transigida aos novos rumos da profissão, rompendo com o conservadorismo, e assim comprometida com a classe trabalhadora e com o projeto societário, que vai além de um projeto pautado no rompimento do pensamento tradicionalista de responsabilização do indivíduo pela situação de vulnerabilidade social.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**



A partir da discussão ora abordada, foi possível identificar inúmeras desafios para a efetivação da prática do assistente social nas políticas públicas, dificuldades lançados à prática profissional no atual cenário social e econômico marcado por diversos desafios posto pela política neoliberal é indubitavelmente percebido.

Deste modo, o profissional acaba restringindo a um mero executor das política públicas decorrente de vários fatores na quais destacam a falta de investimento nas políticas sociais, desresponsabilidade do Estado, que passa a uma atuação seletiva, excludente e fragmentada, procurando apenas minimizar os problemas sociais e não combatê-la de forma eficiente, havendo com isso o aumento das múltiplas expressões da questão social através do aumento do desemprego, situação de vulnerabilidade social, misera, exclusão e pobreza.

Diante disso, o Assistente social é requisitado a atuar na busca de mediar o conflito entre o capital *versus* trabalhado, devido ao próprio contexto das políticas públicas caracterizado pela focalização, seletividade que seleciona os “pobres dos mais pobres”. Assim, os desafios profissionais vão além da efetivação de direitos sociais já conquistados, perpassa também pela manutenção e incorporação de novas dimensões de direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

BERING, E. R. **Política social: fundamentos e história**/ São Paulo, Cortez, (Biblioteca Básica de Serviço Social, v.2). 2007

COSTA, Cibelly Michalane Oliveira dos Santos. A PRÁTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS DIANTE DA POLÍTICA NEOLIBERAL: desafios e perspectivas [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/2\\_transformacoes-do-mundo-do-trabalho/a-pratica-profissional-dos-assistentes-sociais-diante-da-politica-neoliberal.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/2_transformacoes-do-mundo-do-trabalho/a-pratica-profissional-dos-assistentes-sociais-diante-da-politica-neoliberal.pdf) acesso em: 28 dez. 2018

FÁVERO, Eunice Terezinha. Serviço Social, direitos e prática profissional. In: **Serviço Social & Sociedade**. Nº 99. São Paulo: Cortez, 2009. (p. 434 - 443).

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2014, n.120 [cited 2015-12-26], pp. 608-639. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282014000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000400002&lng=en&nrm=iso). ISSN 0101-6628. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.001>.

SILVA, Ademir Alves. Serviço Social e direitos sociais no contexto da crise. In: **Serviço Social & Sociedade**. nº 99. São Paulo: Cortez, 2009. (p. 444 - 457)